

Brossard desmente convite

Um almoço entre o jurista Paulo Brossard e o presidente José Sarney gerou ontem, no Palácio do Planalto, uma forte onda de boatos. Segundo a versão, Sarney convidara Brossard para substituir o ministro da Justiça, Fernando Lyra, em maio do próximo ano, quando este deixar o Ministério para candidatar-se a uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte.

No final da tarde, o secretário adjunto de Imprensa da Presidência da República, jornalista Frota Neto, confirmou o almoço de Brossard com Sarney, no Palácio do Jaburu. Fez, contudo, uma ressalva: "Foi apenas um encontro de velhos amigos, que já atuaram juntos no Senado Federal. Não têm fundamento as versões de que estaria sendo antecipada a reforma ministerial", desmentiu.

"A convocação da Assembleia Nacional Constituinte poderia ser feita em conjunto pelos poderes Executivo e Legislativo", declarou Brossard, depois de afirmar não ter sido convidado para integrar o ministério. O jurista não vê com simpatia a convocação da Constituinte pelos três poderes: "Isso não compete ao Judiciário". Ele também não concorda com aqueles que acham que a convocação deve ser precedida por um plebiscito: "Se fizermos um plebiscito, teríamos que, também, submeter a Constituição resultante da Constituinte a referendo popular para que ela seja legítima?", indaga.

PONTO DE PARTIDA

Também as críticas que vêm sendo feitas de antemão à instalação da comissão de alto nível e aos seus prováveis integrantes, são rechaçadas por Paulo Brossard, sob a alegação de que não se critica o que não se conhece.

"A proposta que resultar da comissão poderá ser aproveitada parcialmente, aprovada completamente ou rejeitada em seu todo. Isso vai depender dos constituintes. O que devemos ter em mente é que o anteprojeto representará tão-somente um ponto de partida em torno do qual haverá um amplo debate", explica.

PODER ECONÔMICO

Para o ex-senador Paulo Brossard, um motivo de preocupação com relação à matéria é o abuso do poder econômico: "Este é um problema que compete à Justiça Eleitoral, que deverá fiscalizar — e ter instrumentos que viabilizem essa fiscalização — a utilização do poder econômico", diz. Ao mesmo tempo, reconhece que, embora existam leis que limitem um pouco o uso do poder econômico, a matéria merece um exame mais aprofundado para que o eleitorado possa ter critérios de escolha que não sejam meros resultados da interferência ou influência desse poder. "Que reflitam o pensamento predominante da sociedade".

Outro ponto considerado fundamental por Brossard é o que diz respeito aos aspectos que deverão ser abordados na Constituição a ser elaborada. Será uma Constituição abrangente ou será sintética? "No meu entender, deverá tratar basicamente do funcionamento dos três poderes e não descer a detalhes que podem ser tratados pela legislação ordinária", pondera. Ele acha também que aqueles que irão elaborar uma proposta de Constituição não poderão se furtar a estudar as Cartas de outras Nações. "Um estudo comparado pode nos auxiliar na elaboração de nossa Constituição. Não para imitar, mas para examinar erros e acertos — isso é útil", considera.